

**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JURUTI**  
**CNPJ 05.846.468/0001-85**

**INDICAÇÃO Nº 014/2021**

Senhor Presidente,

Com os fundamentos constantes na Lei Orgânica do Município de Juruti-PA:

**Art.4º- O município de Juruti é parte integrante da República Federativa do Brasil e reger-se-á fundamentalmente por esta LEI ORGÂNICA, pela legislação e Regulamentos que adota com determinação de garantir a própria autonomia Política, administrativa e Financeira, respeitados os princípios da Justiça Social e demais preceitos na Constituição Federal e do Estado.**

**§ 1º Todo poder emana, unicamente, do povo que o exerce diretamente ou por intermédio dos representantes que eleger pelo Sufrágio Universal e pelo voto direto e secreto.**

**Art. 13- o Governo municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.**

**Art. 14 O poder legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, representantes do povo, eleitos pelo Sistema Proporcional, em número conforme o que estabelece o Art. 70 da Constituição Estadual, para uma Legislatura com duração de quatro anos.**

Assim, segue nossa norma municipal com os artigos entabulados em nosso Regimento Interno (Resolução nº 032 de 14 de Setembro de 1990 (**Regimento Interno**)).

**Art. 1º- A Câmara Municipal é órgão Legislativo do município, composto por vereadores eleitos na forma da Legislação Eleitoral vigente.**

**Art. 2º - A Câmara tem por função legislativa, de fiscalização financeira e Orçamentária; de controle e assessoramento dos atos do executivo e ainda de administração.**

**(...)**

**§4º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao executivo, mediante indicação.**

Vejamos o que dispõe o art. 105 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Juruti-PA, definir indicação:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JURUTI**  
**CNPJ 05.846.468/0001-85**

**art. 105- indicação é proposição escrita pela qual o Vereador sugere de interesse público aos poderes competentes**

Apresento a V.Exa., na forma dos art. 2º § 4º e art. 92, alínea "h" e art. 105 da Resolução N° 032, de 14 de setembro de 1990 (Regimento Interno da Câmara Municipal) a presente indicação, **sugerindo** a(o) Ilma.(o) Sra.(a). PREFEITA(o) MUNICIPAL, o seguinte:

**Considerando que a água de boa qualidade para consumo humano e seu fornecimento contínuo asseguram a redução e controle de: diarreias, cólera, dengue, febre amarela, tracoma, hepatites, conjuntivites, poliomielites, escabioses, leptospirose, febre tifoide, esquistossomose e malária**

Considerando que o art. 159 da Lei Orgânica Municipal preconiza que a saúde é direito de todos e dever do município garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução de risco de doença de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação;

Considerando que o artigo 33 da Lei 1.145/2018 (Plano Diretor) dispõe que o serviço de abastecimento de água deverá assegurar oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos com regularidade, a todo habitante do município, em quantidade suficiente para atender às necessidades básicas e qualidade compatível com os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

Considerando que no artigo 34 da lei 1.145/2018 (Plano Diretor) informa que para garantir a eficiência dos serviços de abastecimento de água, **o município de juruti deverá adotar mecanismos para financiar os custos dos serviços que viabilizem o acesso da população de renda economicamente baixa ao abastecimento de água domiciliar;**

Considerando que em levantamento realizado pelo vereador signatário, foi verificado que para a população rural ter minimamente acesso a água potável, há necessidade de disponibilidade de energia elétrica, que na grande maioria das comunidades rurais depende de grupo gerador;

Considerando que foi observado, em uma análise preliminar, que *in casu*, para a produção de energia que aciona as bombas que enchem os reservatórios d água das comunidades, há necessidade do município destinar recursos para aquisição de combustível;

Considerando que o valor aproximado é de **R\$2.289.353,12.**

Assim, diante do todo exposto, vem sugerir a V.Sa. que:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JURUTI**  
**CNPJ 05.846.468/0001-85**

a) determine a secretaria competente para que adote o acesso a água potável como política pública de saúde;

b) determine a inclusão dos valores necessários (R\$2.289.353,12) no Plano Plurianual municipal e demais legislações de planejamento de políticas públicas e gestão municipal, garantindo o abastecimento dos reservatórios das comunidades do município.

Em anexo: Cópia do Relatório.

Por fim, assegurado na harmonia entre os poderes, encaminhar informações das medidas adotadas se assim entender.

Juruti, 27 de abril 2021.



---

**MARIO ITIYA VIEIRA KOBAYASHI**  
VEREADOR DO MUNICIPIO DE JURUTI-PA  
PSC